

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

KÊMILLY SOUZA DOS SANTOS

**Uma política em desmonte: os retrocessos ocorridos na política de  
assistência social nos anos de 2017 a 2019**

GOIÂNIA  
2020

KÊMILLY SOUZA DOS SANTOS

**Uma política em desmonte: os retrocessos ocorridos na política de assistência social nos anos de 2017 a 2019**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> M.<sup>c</sup> Danielli da Silva Borges Reis.

GOIÂNIA  
2020

KÊMILLY SOUZA DOS SANTOS

## **Uma política em desmonte: os retrocessos ocorridos na política de assistência social nos anos de 2017 a 2019**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social sob orientação da Prof.<sup>a</sup> M.<sup>e</sup> Danielli da Silva Borges Reis. Aprovada em 02 de dezembro de 2020 pela seguinte Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Danielli da Silva Borges Reis  
PUC Goiás  
**(Presidente)**

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Marly Machado Bento  
PUC Goiás  
**(Membro)**

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Wanessa Batista Melo  
PUC Goiás  
**(Membro)**

Dedico este trabalho monográfico, bem como todas as outras conquistas que virão, a minha amada mãe Kenia Coelho (in memoriam), cuja presença foi notória durante todo este percurso. Eu te amo!

Aos meus avós, Rosa Rodrigues e Antônio dos Santos, com todo amor, carinho e gratidão.

*“O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos, mais humanos, mais justos, mais solidários”.*

***Marilda Vilela Iamamoto***

## AGRADECIMENTOS

Á Deus, pela força que a mim foi concedida para estar concluindo mais uma etapa de minha vida.

Ao meu Pai Raimundo, que embora as divergências de ideias, escolhas e opiniões, nos amamos como ninguém.

Á minha irmã Kelly, pela paciência, amor e companheirismo.

Aos meus avós Rosa e Antônio, pelo incentivo, amor e carinho.

A minha tia Paula Regina, pela amizade, pelo colo e por sempre estar ao meu lado.

Á minha família por me incentivar a prosseguir com meus sonhos.

À minha professora e orientadora Danielli da Silva Borges Reis, pela sua atenção e dedicação para com meu trabalho monográfico.

Á coordenação do curso de Serviço Social da PUC Goiás, em especial, a professora Carmem Regina Paro pelo acompanhamento, apoio e pelo carinho com que sempre me atendeu desde o início da graduação.

Aos professores do curso de Serviço Social da PUC Goiás pela maestria e compromisso com o ensino que transmitem ao corpo discente,

Ao movimento estudantil, em especial, o Centro Acadêmico XV de maio, do curso de Serviço Social da PUC Goiás, por suscitar em mim o amor pela militância e por contribuir com meu crescimento pessoal e profissional,

Á toda minha turma “C01” de Serviço Social da PUC Goiás, cada uma com sua particularidade me ensinou algo que levarei para a vida toda. Destacando aqui alguns amigos (as) por estar ao meu lado e me aguentar todos os dias: Gabriela Alves, Sabrine Gabrielle, Jacileuda Moraes, Valma Karina, Laiza Rezende, Yara Oliveira, Mirian Rêgo, Lorrainy Oliveira, Carmiranda Alves, Igor Rocha, Alba Rodrigues, Ana Carolina, Dinária Dias, Murilo Alves, Luciana Santos, Letícia Xavier, Amanda Tavares, Jenyffer Estival, Alex Silva, Thaís Isabel, Ieda Brito, Itamar Ribeiro, Bruna Jordana e Andrezza Simões.

Á professora Wanessa pela cordialidade e exemplo profissional.

Á professora Marly, pelos sábios conselhos, pelas conversas maduras e pela confiança em me emprestar seus livros para construção deste trabalho.

Ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS Centro Sul), em especial, a Assistente Social Patrícia Evers e a psicóloga Isla Silvestre, pelas expressões de afeto e pelos ensinamentos.

À Escola de Formação da Juventude (EFJ), por me acolher tão bem e pelas contribuições à minha formação acadêmica. Destacando, aqui, duas pessoas que marcaram este processo de estágio nesta instituição, são elas: Bia e Brenda. Agradeço a amizade de vocês.

A todas as pessoas que contribuíram de forma direta e/ou indireta para a realização deste sonho.

## RESUMO

Este trabalho tem por objeto o estudo e análise dos retrocessos ocorridos na Política de Assistência Social nos anos de 2017 a 2019. Como objetivo, pretende-se identificar e problematizar os retrocessos ocorridos na referida política nos governos Temer e Bolsonaro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que utiliza autores como Couto (2010), Berhing (2008), Sposati (2011), Singer (2013), Mestriner (2008), Pereira (2000) dentre outros; contemplando artigos, monografias, dissertações e teses sobre a referida temática. Por se tratar da análise de uma política social pública, faz-se necessário a utilização das legislações sobre a respectiva política, bem como; decretos, resoluções, emendas constitucionais e projetos de lei que retratassem da melhor forma o período de análise. Desta forma, esta investigação requisitou, além de um referencial teórico por meio da pesquisa bibliográfica, de uma busca e análise documental pautada nas legislações que norteiam a elaboração, implementação e execução de determinada política pública, mas, também, de algumas notícias de jornais que pudessem fornecer elementos sobre o contexto político em que se inseria a disputa política ocorrida entre 2015 e 2016, cujos resultados geraram consequências à Política de Assistência Social. Ao partir da premissa de identificar e analisar quais foram os retrocessos ocorridos na Política de Assistência Social, foi obtido: a Política de Assistência Social brasileira sofreu e sofre ataques incisivos e que prejudicam diretamente o seu funcionamento enquanto política social pública, isto, por sua vez, se deve a um cenário de solidificação do ideário neoliberal que afina suas raízes na estrutura política deste país.

**Palavras-chave:** Política. Assistência Social. Neoliberalismo. Brasil

## **ABSTRACT**

This academic work aims to study and analyze the setbacks that occurred in the Social Assistance Policy in the years 2017 to 2019. As an objective, we intend to identify and problematize the setbacks that occurred in that policy in the Temer and Bolsonaro governments. It is a bibliographic search, using authors such as Couto (2010), Berhing (2008), Sposati (2011), Singer (2013), Mestriner (2008), Pereira (2000) among other articles, monographs, dissertations and theses about the chosen theme. As this is an analysis of a public social policy, it is necessary to use the laws on the respective policy, as well as; decrees, resolutions, constitutional amendments and bills that would best portray the period of analysis. In this way, this research requested, in addition to a theoretical reference, through bibliographic research, a search and document analysis based on the laws that guide the elaboration, implementation and execution of a determined public policy, but also some news from newspapers that could provide elements on the political context in which the political dispute that occurred between 2015 and 2016 was inserted, the results of which generated consequences for the Social Assistance Policy. Based on the premise of identifying and analyzing what setbacks occurred in the Social Assistance Policy? We obtained the following results: the Brazilian Social Assistance Policy has suffered and suffers incisive attacks and that directly impair its functioning as a public social policy, this, in turn, is due to a scenario of solidification of the neoliberal ideas that are related to its roots in this country's political structure.

**Keywords:** Politics. Social assistance. Neoliberalism. Brazil.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> -Resultado da eleição presidencial de 2014, 1º turno (% dos votos válidos) .40
<b>Tabela 2</b> - Resultado da eleição presidencial de 2014, 2º turno (% dos votos válidos) .41
<b>Tabela 3</b> - Os impactos da Emenda Constitucional de 2016 .....45
<b>Tabela 4</b> - Redução do Repasse Federal para Serviços Socioassistenciais ..... 46

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico I</b> - Declínio da extrema pobreza entre os anos de 2001 a 2008 .....	34
---	----

## LISTA DE SIGLAS

**ABI** – Associação Brasileira de Imprensa

**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional

**BNH** – Banco Nacional de Habitação

**BPC** – Benefício de Prestação Continuada

**CAPS** – Caixas de Aposentadorias e Pensões

**CBCISS** – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

**CLT** – Consolidação das Leis de Trabalho

**CONGEMAS** – Colegiado Nacional de Gestores Municipais

**CNAS** – Conselho Nacional de Assistência Social

**CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**CNSS** – Conselho Nacional de Serviço Social

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**EFJ** - Escola de Formação da Juventude

**FEB** - Força Expedicionária Brasileira

**FEBEM** – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

**FGTS** – Fundo de Garantia por tempo de Serviço

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FNAS**- Fundo Nacional de Assistência Social

**FUNABEM** – Fundação do Bem-Estar do Menor

**IAPS** – Instituto de Aposentadorias e Pensões

**IDH** – Instituto de Desenvolvimento Humano

**INSS** – Instituto Nacional de Seguro Social

**LBA** – Legião Brasileira de Assistência Social

**LOAS** – Lei Orgânica de Assistência Social

**MBL** – Movimento Brasil Livre

**MDB** - Movimento Democrático do Brasil

**MOBRAL** - Movimento Brasileiro de Alfabetização

**MPAS** – Ministério da Previdência e Assistência

**MPL** – Movimento Passe Livre

**MP** – Medida Provisória

**OAB** – Ordem dos Advogados

**ODM** – Objetivo de Desenvolvimento do Milênio

**PAIF** – Proteção e Atendimento Integral à Família

**PAEFI** – Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos

**PBF** – Programa Bolsa Família

**PCF** – Programa Criança Feliz

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PEC** – Proposta de Emenda Constitucional

**PED** - Plano Estratégico de Desenvolvimento

**PLANHAP** – Plano Nacional de Habitação Popular

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNAS** – Política Nacional de Assistência Social

**PRONAM** - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira

**PSOL** – Partido Socialismo e Liberdade

**PSTU** – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**PV** - Partido Verde

**SEMAS** – Secretaria Municipal de Assistência Social

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CAPITULO II – ASSISTÊNCIA SOCIAL: DE AÇÃO SOCIAL A DIREITO CONQUISTADO.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>AS PRIMEIRAS INICIATIVAS ASSISTENCIALISTAS E A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>A CHEGADA DO NEOLIBERALISMO AO BRASIL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3</b>	<b>GOVERNO LULA: A CRIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SURGIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>33</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO III – A REGRESSÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS-GOLPE INSTITUCIONAL DE 2016.....</b>	<b>37</b>
<b>3.</b>	<b>CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E MARÇO DE 2015.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2</b>	<b>JAIR MESSIAS BOLSONARO: NEOPOPULISTA E/OU FASCISTA DE NOVO TIPO?.....</b>	<b>49</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA .....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir de experiências vivenciadas na universidade como graduanda e no movimento social estudantil foi possível suscitar a necessidade de refletir acerca de algumas questões referentes às dimensões política, econômica e social do Brasil e sobre o funcionamento das políticas sociais, em especial a assistência social brasileira. Neste sentido um conjunto de experiências e saberes ensejaram o objeto de estudo em análise, qual seja: os retrocessos da Política de Assistência Social no Brasil entre os períodos de 2017 a 2019.

Vale ressaltar, que este trabalho foi idealizado e construído em meio a pandemia do COVID – 19<sup>1</sup> o que dificultou de várias formas a melhor elaboração deste trabalho monográfico. Destaca-se que o objeto de estudo que se pretendia analisar era fruto de observações realizadas nos campos de estágio e que se tornaram inviáveis devido a precarização do trabalho de assistentes sociais com o rompimento dos contratos de profissionais junto a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a inexistência de material documental para a pesquisa no campo de estágio e a descoberta do novo coronavírus, que limitou as relações sociais ao distanciamento social e o processo de aprendizagem ao ensino à distância.

Com a intenção de perquirir o objeto de estudo, este foi construído a partir do seguinte problema de pesquisa: Quais foram os retrocessos da Política de Assistência Social no Brasil nos governos de Temer a Bolsonaro? Para isto, pode-se apontar como premissa/hipótese da pesquisa científica que a Política de Assistência Social sofreu um retrocesso enorme, no período de 2017 a 2019, no que diz respeito ao financiamento, organização e gestão; o que prejudicou e prejudica o acesso aos bens e serviços pela população usuária desta política.

Quanto aos objetivos, de modo geral, apresenta-se o propósito de identificar e problematizar os retrocessos sofridos pela Política de Assistência Social no Brasil. Especificamente, pode se evidenciar como aspirações estudar a Política de Assistência

---

<sup>1</sup> A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (BRASIL, 2020).

Social, problematizar sobre a gestão e o financiamento da Política de Assistência Social no Brasil e analisar os retrocessos sofridos pela Política de Assistência Social no Brasil nos últimos governos redigidos sob os ideais neoliberais.

Conforme exposto por Minayo (1994), a metodologia consiste na preparação do caminho a ser seguido até o processo de conhecimento, bem como a prática que se faz necessária para a identificação dos aspectos reais analisados. Dessa maneira, este estudo é realizado, a partir da busca por um referencial teórico que atendesse as temáticas do objeto de estudo escolhido caracterizando assim este estudo como sendo uma revisão bibliográfica e documental.

Segundo Gil (2002, p. 44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos; sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. ”, isto, por sua vez, facilita o conhecimento de produções e estudos realizados acerca da temática escolhida; subsidiando assim, a produção de novos conhecimentos”. Para tanto utilizou-se os seguintes autores/as como referência Berhing (2008); Carneiro (2016); Couto (2010); Medeiros (2020); Mestriner (2008); Yamamoto (2004); Sposati (2011); Singer (2016); por meio de artigos, monografias, dissertações e teses sobre a temática escolhida.

Vale ressaltar, que por se tratar da análise de uma política social pública faz-se necessário a utilização das legislações sobre a respectiva política; bem como: decretos, resoluções, emendas constitucionais e projetos de lei que retratem da melhor forma o período de análise escolhido. Desta forma, esta pesquisa requisitou além de um referencial teórico, por meio da pesquisa bibliográfica, de uma busca e análise documental pautada nas legislações que norteiam a elaboração, implementação e execução de determinada política pública. Mas também algumas notícias de jornais que bem pudessem fornecer elementos sobre o contexto político em que inseria a disputa política ocorrida em 2015 e 2016, cujos resultados geraram consequências a Política de Assistência Social.

Para bem desenvolver melhor o referido objeto de pesquisa o presente estudo foi estruturado em três partes. A primeira, se refere a introdução. Na segunda parte, inicialmente busca-se refletir acerca dos determinados períodos históricos e políticos que demonstrem as manifestações sociais, alterações sociais e econômicas foram se delineando no bojo de crescimento do neoliberalismo e no avanço de seus pilares

fundantes no Brasil. Mostrar-se também um panorama breve dos projetos e programas sociais criados a partir da legitimação da assistência social enquanto política pública de Estado. Ao final, apresenta-se de forma sucinta um breve cenário de transição política, econômica e social que perpassou a história da sociedade brasileira e que foram lideradas por personalidades políticas que estavam à frente do país.

Para este trabalho monográfico, utilizou-se do método materialismo histórico dialético. Materialista por entender que a análise da totalidade só poderá ser feita a partir do material, do concreto, do que está sendo apresentado na realidade. Histórico, pois este material é apresentado a um contexto histórico que nenhum fenômeno, indivíduo e situação poderão ser compreendidos a partir de uma questão isolada, ambos estão alinhados a um contexto sócio-histórico tanto para o passado quanto para o futuro, um exemplo, será processada a análise de uma política pública de um período histórico passado e um período histórico presente [governo Bolsonaro] vislumbrando os avanços que podem ocorrer deste governo para o futuro. Dialético, pois haverá mudanças, transformações a partir da inserção do neoliberalismo ao Brasil. Sob a perspectiva acerca do materialismo histórico dialético, foi possível pesquisar as transformações plausíveis, materiais e concretas que ocorreram a partir da história dos fenômenos sociais, econômicos e políticos que consubstanciam uma análise para este estudo de uma política social pública. Visto que, para a criação da política social pública não parte somente da boa vontade do Estado, mas das reivindicações de uma categoria, a necessidade da existência dessa política social surge das expressões da questão social. A partir desta concretude, é traçado uma análise histórica para realizar o estudo para expor o percurso sócio histórico que levaram a criação da Política de Assistência Social e o seu desenvolvimento ao longo da história.

Nesse seguimento, procura-se, por meio da discussão contida na terceira parte do trabalho, a abordar o cenário político e social referentes ao ano de 2013 que culminou nos movimentos sociais organizados obtiveram uma participação ímpar na luta por direitos até então não conquistados e pela manutenção daqueles já garantidos.

Feito isso, trataremos sobre os governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff que foram marcados por avanços e retrocessos no que se refere as políticas sociais públicas, em especial a assistência social, e a economia brasileira; além de embates e entraves com outros partidos políticos, que culminaram no Golpe de 2016,

e, a partir disto o desencadeamento de movimentos políticos e partidários da direita e da esquerda e uma corrida presidencial orientada pelos ditames do capital.

Ao final da produção, as considerações finais apresentam uma síntese que, retomam os objetivos, e objeto de pesquisa, além da narrativa acerca do problema e da hipótese levantados, se obtiveram confirmação ou se foram refutados diante da construção apresentada no trabalho e de que forma este contribuiu para a formação acadêmica da estudante pesquisadora.

## **CAPÍTULO II – ASSISTÊNCIA SOCIAL: DE AÇÃO SOCIAL A DIREITO CONQUISTADO**

No presente capítulo, busca-se refletir acerca dos determinados períodos históricos e políticos no Brasil onde movimentações e alterações sociais e econômicas foram se delineando no bojo de crescimento do neoliberalismo e no avanço de seus pilares fundantes. Para isto, durante o seguimento deste trabalho monográfico, mostrar-se-á um panorama breve dos projetos e programas sociais criados a partir do momento histórico de efetivação de direitos sociais a partir da legitimação da assistência social enquanto política pública de Estado.

Ademais, tem-se por finalidade apresentar mesmo que forma sucinta um breve cenário de transição política, econômica e social que perpassou a história da sociedade brasileira e que foram lideradas por personalidade políticas que estavam à frente do país.

### **2.1- As primeiras iniciativas assistencialistas e a Legião Brasileira de Assistência Social**

A Crise Econômica Mundial de 1929<sup>2</sup> no Brasil desdobrou-se nas condições de vida de milhares de trabalhadores, uma vez que ficaram agravadas devido ao fechamento de muitos postos de trabalho e a redução da jornada de trabalho. Como consequência disso, a taxa de desempregado era crescente (CARONE, 1991; CORSI, 2000; FAUSTO, 2001; apud COUTO, 2010).

É neste cenário que se inicia o mandato de Getúlio Vargas a presidência da República. No primeiro momento da “Era Vargas” em 1930, procurou construir uma boa reputação como presidente mediante a sociedade, uma vez que assistíamos “as manifestações do operariado” brasileiro, que incessantemente protestava por melhores condições de vida (PAULA, 2014, p. 65).

Couto (2010) analisa que Getúlio Vargas, criou o Ministério do Trabalho e deixou sob a responsabilidade de Lindolfo Color<sup>3</sup>, afim de que o Estado organizasse e intervisse

---

<sup>2</sup> Nome dado por Meszários (2011) ao declínio da economia dos Estados Unidos em 1929, pós-recuperação da Europa da Primeira Guerra Mundial e após a queda da Bolsa de Valores de Nova York, decretando falência das empresas americanas.

<sup>3</sup> Articulador do movimento Aliança Liberal (AL) - cujo movimento foi criado para apresentar Getúlio Vargas a presidência. Com a vitória de Getúlio Vargas as eleições presidenciais, Lindolfo Color foi responsável por coordenar a pasta do Ministério do Trabalho conforme colocado por Amaral (2019).

na relação do trabalhador e empregador, para solucionar as contradições derivadas da relação entre capital e trabalho, em especial a pobreza, mas também seria uma maneira do Estado controlar autoritariamente por meio da “legislação<sup>4</sup> para evitar conflitos sociais” (COUTO, 2010, p. 95).

O Ministério do Trabalho possibilitou a criação de duas medidas protetivas. Uma em 1933, conhecida como Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPS) substituindo as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS)<sup>5</sup> e em 1943, a Consolidação das Leis de Trabalho, garantindo direitos como salário mínimo, férias remuneradas, jornada de trabalho de oito horas diárias, pagamento de horas extras e descanso semanal remunerado, além de leis específicas para mulheres e jovens trabalhadores” (PELLEGRINI; DIAS; GRINDERG, 2009, p.107).

A partir desse momento, os trabalhadores não poderiam receber demissão sem justa causa e teriam sua jornada de horas trabalhistas regularizadas não tendo que trabalhar demasiadamente. A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) contribuiu para uma boa popularidade de Getúlio Vargas, uma vez que o mesmo passava a impressão de que estaria ao lado da classe operária, mas na verdade tudo não passou de uma oportuna manobra. Pois “era bem-vinda, na concepção dos empresários, toda a iniciativa do Estado que controlasse a classe operária. Da mesma forma, era bem-vinda por parte dos empregados, pois contribuía para melhorar suas condições de trabalho” (CARONE, 1991 apud COUTO, 2010, p.95).

Ainda durante o Estado Novo, Getúlio Vargas com receio de surgir oposição contra seu governo, delegou as pessoas de seu interesse para que controlem os sindicatos. Assim, os trabalhadores participavam indiretamente das tomadas decisões pois os órgãos oficiais do Estado tratavam de representa-los diretamente, silenciando toda e qualquer forma de manifestação por parte da classe trabalhadora.

As autoras Sposati (2011), Lonardoni; Gimenes; Santos; Toledo (2005) apontam que Getúlio Vargas foi o único presidente a encarar a pobreza; ainda que de modo a promover ações emergentes, pontuais e fragmentadas. Porém nas décadas anteriores, em

---

<sup>4</sup> Para melhor compreensão, temos no decurso dos anos de 1934 a 1937 uma Constituição Federal vigente por nome Polaca. Esta foi baseada em ideários fascistas ocasionando em: “o reforço do poder pessoal do presidente, uma redução a autonomia dos governos estaduais, a afirmação do nacionalismo econômico, proibição de greves e o controle do governo sobre os sindicatos de trabalhadores” (PELLEGRINI; DIAS; GRINDERG, 2009, p.106).

<sup>5</sup> Criada em 1923, pela lei Eloy Chaves, as CAPS, no primeiro momento, garantia proteção social somente aos ferroviários. Já em 1932, após ser pautas de reivindicações de demais categorias profissionais, as CAPS passam a abranger todos os trabalhos de um modo geral.

especial, a de 1920, não havia transparência quanto ao trato da pobreza; esta era tratada como “caso de polícia” e também marginalizada. Em seu governo, Vargas criou o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Este se encontrava dentro do Ministério da Educação e Saúde e foi administrado por Gustavo Capanema. O objetivo deste Conselho era regulamentar a Assistência Social, de modo a examinar as entidades sociais, uma vez que o Estado e essas entidades mantinham o acordo das mesmas realizarem ações sociais que beneficiassem os “mais desfavorecidos” em troca do não pagamento de impostos ao Estado (SPOSATI, 2011, p.15).

Dentro deste “leque” de possíveis tratamentos a questão social, temos em 15 de outubro de 1942, ainda sob a Era Vargas, a criação da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Sposati (2011) e Torres (2002) acentuam que esta legião foi governada por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, e então primeira-dama do Brasil que esta, reuniu as senhoras da sociedade para “acarinhar as pracinhas brasileiros” da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que foram lutar na II Guerra Mundial, dando-lhes chocolates e cigarros (SPOSATI, 2011, p.19). Para as mulheres e crianças; eram ofertadas mensagens de carinho com o discurso de que “somos todos um só corpo”. Já as demais famílias, que não estariam presentes neste pretexto de guerra, recebiam amparo caso fossem acometidas de uma calamidade pública. Assim, a Assistência Social no Brasil, nesta época apresentada e gestada por meio da LBA tinha a natureza de ser “ação social como ato de vontade e não ato de cidadania” (SPOSATI, 2011, p.20).

Mestriner (2008) e Couto (2010) descrevem que em 1964 com a chegada da Ditadura Militar temos a implementação do regime autoritário no país, em que o Brasil durante este decurso passa a ser governado por cinco militares que optam em seguir “atos institucionais, atos complementares, Lei de Segurança Nacional e decretos específicos”. Estes documentos defendem o cerceamento dos movimentos de qualquer natureza, priva partidos, proíbem processos de natureza jurídica, reduz os poderes das instâncias governamentais (Legislativo, Judiciário) restringindo o poder apenas aos militares.

Com o governo Castelo Branco, na Ditadura Militar, estabeleceu-se que o país seria governado baseado em

3 Atos Institucionais, 36 Atos complementares, 312 Decretos-lei, 19.250 Decretos, além de 11 propostas de emendas constitucionais remetidas ao Congresso Nacional, excluindo-se o projeto de reforma global da Constituição. Durante seu governo, houve 3.747 atos punitivos, representando mais de 3 atos

punitivos por dia (JORNAL DO BRASIL, 15/7/67 in VIEIRA, 1983, p. 194 apud MESTRINER, 2008, p. 153)

Os Atos Institucionais possibilitaram a transformação da Legião Brasileira de Assistência Social em fundações de natureza punitiva contra adolescentes em conflito com a lei: FUNABEM (Fundação do Bem-Estar do Menor), FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Caso aos adolescentes fossem confirmados o ato infracional eram punidos sob o uso da violência.

Segundo Couto (2010), estes Atos Institucionais feriram os direitos antes conquistados pela classe trabalhadora. Com isso, assistimos à implantação do cerceamento à imprensa eliminando a liberdade de opinião;

Não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias, a justiça militar julgava crimes civis, a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integralidade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado (CARVALHO, 2002 p. 163-164 apud COUTO, 2010, p.127)

Trata-se de um período em que as lutas de classes são reprimidas e impedidas de expressar-se, a coerção e a violência eram formas utilizadas pelo Estado para tratar de questões políticas, econômicas e sociais, os militares tinham o aval do Estado para entrar nas casas das pessoas, a liberdade de ir e vir, civil e políticos da sociedade eram vedadas.

Ressalta-se que em nome do desenvolvimento e segurança nacional do país, o governo militar ficará limitado a um só técnico, nomeado como assessor para governar, de modo que este construa, planeja, e reforce a internacionalização entre o Brasil e os Estados Unidos, a fim de tornar o Brasil a maior potência econômica por meio do capitalismo internacional (COUTO, 2010; MESTRINER, 2008).

Couto (2010) analisa que o Brasil durante a Ditadura, estava dividido em dois “Brasis”. De um lado temos a violência, o menosprezo, repúdio, desrespeito com opiniões divergentes com a do regime militar, a censura. Do outro, temos o patriotismo retratado pelo governo que com o discurso de que o comunismo é uma ameaça ao país, ganhando o apoio das pessoas pobres e dos setores de classe média. Como a mídia era controlada pelo Estado e não poderia mostrar os que realmente estava ocorrendo, deveria apenas

mostrar as ações sociais do governo sendo uma forma de dizer que o Estado é comprometido com a população pobre.

Em contrapartida, o Brasil tem a transformação e a ligação de seu desenvolvimento econômico a empresas americanas, criando o conceito de dependência mútua seja econômica, cultural, política e/ou militar. Todo este cenário abateu nas “condições e perspectivas de desenvolvimento econômico no Brasil que agora passam a depender amplamente da associação direta e indireta, visível e disfarçada entre capitais nacionais e estrangeiros” (IANNI, 1986, p.11 apud MESTRINER, 2008, p. 154). Ou seja, o governo militar adotou medidas reformistas como em que dá abertura para o capital estrangeiro adentrar ao país e instalar empresas multinacionais tendo em vista que para garantir o retorno do capital investido, os militares mudaram a lei que proibia o envio de lucros aos países do exterior.

O Brasil passou por um período chamado “milagre econômico” a qual começou a receber várias empresas norte-americanas, aumentando a produção de eletrodomésticos e automóveis, o crescimento de envios de produtos para os demais países do mundo, houve o aumento da exploração de áreas que são importantes para manter toda a teia de vida do planeta. Para acelerar a produção de bens materiais, o governo passou a permitir que empresários fizessem empréstimos. Quanto a economia brasileira,

Apresentou altos índices de crescimento, o consumo de bens duráveis alcançou patamares nunca antes vistos. Foram construídas estradas, hidroelétricas e consolidado um grande parque industrial no Brasil. O crescimento do Produto Interno Bruto revela o “milagre”: em 1971, o PIB cresceu 11,3%; 10,4 % em 1972; e 11,4% em 1973 (HABERT, 1996 apud COUTO, 2010, p. 127).

Houve grandes demandas para aquisição dos bens materiais, devido a isso om governo teve que fazer novos empréstimos estrangeiros, crescendo assim a dívida externa e a necessidade de buscar por capitais estrangeiros. Desta forma, o Brasil teve dificuldades em permanecer realizando empréstimos estrangeiros, optando por aumentar os juros da dívida externa “de US\$ 4 milhões para US\$ 12 milhões” (HABERT, 1996 apud COUTO, 2010, p. 128) por meio de um aumento nos preços do petróleo e exportações, a moeda brasileira perdeu seu valor.

Diante desta conjuntura de nova política econômica, os trabalhadores tiveram seus salários diminuídos perdendo seu poder de aquisição, as condições de vida deste proletário das cidades pioram, há alta nas mortes de crianças, as taxas de desemprego

umentam e os sindicatos não tem força para se mobilizar (COUTO, 2010; MESTRINGER, 2008; PELLEGRINI; DIAS E GRINDERG, 2009). O governo se perdeu em estabelecer uma política tecnocrata como forma de atender as questões sociais da época, agravando as questões sociais.

É importante ressaltar que em meio a este período conturbado, “a desigualdade social se acentua, e os 10% mais ricos já se apropriam de 46,2% da renda total do país, enquanto os 50% mais pobres ficam apenas com 13,6 %” (INSTITUTO DE ESTUDOS PÚBLICOS E SOCIAIS, 1986; FLEURY, 1989, p. 49 apud MESTRINER, 2008, p. 155). Aqui reside um conflito em que enquanto os ricos ficavam cada vez mais ricos, os pobres ficavam cada vez mais pobres, mesmo em meio à crise. Isso se deve, pois, o capitalismo para se manter, necessita de explorar uma maioria para se legitimar, enquanto a minoria se beneficia por meio da exploração da mão da classe trabalhadora.

Couto (2010) e Pereira (2000) acentuam que nesta época, foram criados o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), este consiste em estabelecer uma conta ligada ao trabalho em que o indivíduo esteja, para que caso este for demitido sem justa causa, podendo receber suporte nesta situação. Houve também a junção da Previdência com o Instituto Nacional de Previdência Social removendo a participação do trabalhador de sua gerência. Em contrapartida, estende-se os benefícios aos trabalhadores rurais, autônomos e empregados domésticos, eximindo-se de contribuições pagas entre trabalhador e empregado, modificando as relações trabalhistas e causando a aniquilação da segurança no trabalho. Dessa maneira, o Estado isenta-se de pagar benefícios sociais aos trabalhadores.

Entre os anos de 1968 e 1970 o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) foi criado e desenvolvido com a função de favorecer o desenvolvimento do Brasil “à categoria de nação desenvolvida, duplicar a renda per capita brasileira e expandir o crescimento do Produto Interno Bruto, visando à transformação social, estabilidade política e segurança nacional” (MESTRINER, 2008, p.168). Acreditava-se aqui que o sucesso econômico traria o bem-estar a sociedade. Se o Brasil se torna uma nação desenvolvida através da economia, logo todos os problemas (sociais e políticos) estariam solucionados. Entretanto este Plano de Desenvolvimento elevou as desigualdades sociais, ao defender a contenção salarial dos trabalhadores, provocando empobrecimento a classe operária. Assim, ressalta-se que a Assistência Social está fortemente ligada de acordo

com o desenvolvimento econômico, de modo que despreze toda e qualquer satisfação das necessidades básicas dos operários,

Casos exemplares foram o de Banco Nacional da Habitação (BNH), que passou a atender mais à classe média; o do Instituto de Previdência Social (INPS), que passou a sustentar a iniciativa privada da assistência médica; e o da política educacional, que teve como principal função preparar recursos humanos para o desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2000, p. 139)

É importante salientar que o governo militar ao receber interferências internacionais cuja preocupação era a economia, houve o aumento da desigualdade social, provocando movimentos sociais independentes. Neste caso, o governo utilizou a força e a coerção para reprimir as manifestações sociais.

Pereira (2000) e Mestriner (2008) afirmam que durante o período de Ditadura Militar quase nada foi realizado na área social e que as ações assistenciais serviram apenas para amenizar a pobreza da sociedade, em especial ao trabalhador. Então somente em 1974, no governo de Geisel, que houve a preocupação para com os pobres. Este presidente buscou o desenvolvimento social da população, ampliando as ações do Estado não só para a economia como também para a sociedade.

O Estado a fim de renovar suas técnicas administrativas, resolve adotar um novo Plano de Desenvolvimento (II PND). Aqui Geisel, busca “substituir o capitalismo selvagem dos anos anteriores por um ‘capitalismo social’, ou um modelo ‘neocapitalista’, fortemente conduzido pelo Estado e transformar o Brasil em potência emergente na entrada dos anos 80” (PEREIRA, 2000, p. 142). O então presidente elabora um novo modelo de industrialização, a qual pretendia alcançar o crescimento acelerado do capital privado nacional que antes, foi desvalorizado para dar abertura e valorização ao capital estrangeiro aplicado ao país.

Para Mestriner (2008) e Couto (2010), este plano reforça a necessidade de pensar em uma assistência social para além do sistema econômico, pensar uma assistência social que supere a pobreza existente principalmente nos grandes centros e Nordeste neste período de Ditadura. Para isso, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência (MPAS), este consiste na união das Políticas de Assistência Social e Previdência Social, contendo em sua composição a Secretaria de Assistência social sendo essencial para criar políticas de combate à pobreza. Assim transmitirá a aparência de que o Estado é

preocupado com a população e despertará a atenção e interesse de especialistas, profissionais, e organizações da área. Destaca-se a criação de

Programas sociais como a Alfabetização pelo Mobral, complementação alimentar – Pronam, formação de mão-de-obra – Senafor, casas populares – Banco Nacional de habitação (BNH); Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP), formação da mulher, creches, provisão de identidade civil e trabalhista (SPOSATI & FALCÃO, 1989 apud MESTRINER, 2008, p. 169).

O governo militar irá criar critérios para burocratizar os atendimentos da assistência social nos níveis federais, municipais e estaduais. Desta maneira a assistência social passará a ser excludente, criando um grande contingente de excluídos, atendendo a população mais pauperizada e o Estado preocupando-se a cada dia com a sua máquina administrativa, contribuindo para a seletividade na assistência social.

Segundo Mestriner (2008), entre os dias 18 e 22 de maio de 1974, no Rio de Janeiro, na cidade de Petrópolis, ocorreu um seminário realizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Neste evento, compareceram 33 especialistas que pretendiam contribuir para este planejamento do governo de criar políticas de combate à pobreza. Este seminário resultou em ressaltar a importância de ultrapassar este caráter assistencialista que predominava na assistência social e

Julga ser válido considerar a alternativa de adoção de um modelo de ‘promoção social’ calcado em uma concepção de ‘desenvolvimento social’, em que os objetivos a serem atingidos não constituam uma ‘simples consequência de política econômica’, mas tenham sua validade justificada por variáveis de ordem social e humana (CBCISS, nº 90, 1974 apud MESTRINER, 2008, p. 169)

A assistência social passa a ser trabalhada em promover ações que visem restaurar e solucionar a questão social e a ordem do país. Por meio de dar um impulso para que o indivíduo saía dessa situação de pobreza absoluta.

Em 1979, o então presidente Figueiredo faz mudanças na política proporcionando a criação de novos partidos políticos para substituir os únicos dois partidos que existiam (ARENA *versus* Movimento Democrático do Brasil – MDB). Desde então houve o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Este partido foi fruto de debates “entre movimentos operários, da Igreja e de intelectuais, sendo por isso considerado a grande novidade do cenário político do Brasil, pois se constituiu de forma bastante peculiar e diversa da dos demais partidos políticos brasileiros” (COUTO, 2010,

p. 134). O PT nasceu devido a união de diversos representantes da sociedade civil, visava lutar pelos direitos e autonomia do trabalhador. Resistir e se opor contra a toda e qualquer situação que venha destituir direitos e privar o trabalhador de usufruí-los era o lema utilizado por este partido.

É importante destacar que nesta época, ocorreram diversos movimentos sociais para forçar o governo a realizar uma abertura política. Estiveram presentes nestes atos

Profissionais liberais, entre eles a Ordem dos Advogados (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), os movimentos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, representados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o movimento das donas-de-casa, o Movimento contra a Carestia, os Comitês pela Anistia, os sindicalistas (principalmente os sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista), estudantes, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros (COUTO, 2010, p. 135)

Em 1982, com a mesma pauta em ter uma abertura política e por almejar eleições em que a sociedade pudesse eleger um representante para ocupar a presidência da República, ocorreu o movimento “Diretas Já”. Este consiste em comícios populares e passeatas que foram realizados em várias cidades brasileiras, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, lutavam pela redemocratização do país e pelo fim da Ditadura Militar; uma vez que estavam próximas as eleições presidenciais. Após o deputado Dante de Oliveira ter apresentado uma Emenda Constitucional que atendia todos os reclames populares. Entretanto, não adiantou, a então emenda foi colocada em votação e não foi aprovada. Pois o número de repúdio e de ausências foram maiores do que os votos obtidos a favor (COUTO, 2010; PELLEGRINI; DIAS; GRINDERG, 2009).

Em 1985 temos a eleição indireta para presidente, sendo Tancredo Neves, o primeiro presidente eleito após o fim da Ditadura Militar. Porém o então presidente faleceu. Logo o vice-presidente, José Sarney, passou a governar o país. Em seu mandato, Sarney buscou

Medidas de cunho emergencial, especificamente as voltadas contra a fome, o desemprego e a pobreza, até as de caráter estrutural, que priorizavam: o crescimento econômico sustentado (a partir do qual seria possível ampliar a oferta de postos de trabalho, aumentar o salário real, melhorar a distribuição de renda, garantir seguro-desemprego e rever a legislação trabalhista e sindical) e a reforma agrária (PEREIRA, 2000, p. 150)

Foi um governo que ficou conhecido por encarar a fome, pobreza, miséria e o desemprego, ao mesmo tempo realizou reformas com o apoio dos conservadores que incentivou o desenvolvimento econômico de forma impediu a concretização de tais reformas.

As principais medidas criadas pelo governo de Sarney foram: O Plano Cruzado, a qual visava reduzir a inflação por meio de trocas de câmbios como o Cruzado pelo Cruzeiro, congelamento de preços por 6 meses, de modo, a realizar um reajuste dos valores do mercado, gestados nos governos anteriores. Assim, houve o aumento do consumo de bens duráveis e uma breve estabilidade econômica no país. Porém logo quando houve o descongelamento de preços e a inflação retornou em 1986, levando a população a desacreditar em possíveis melhoras tanto na economia quanto no social e na política.

Em 1988, após mobilizações populares houve o processo constituinte de uma Carta que

Amplia os direitos de cidadania, ganha dimensão social, define os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, garantindo-lhes o direito de associação profissional ou sindical, de greve e de participação em colegiados de órgãos públicos e de entendimento direto com os empregados, introduz novas formas de gestão para as áreas sociais, associadas à descentralização participativa. Introduce a concepção de Seguridade Social, como um sistema amplo e universal de Proteção Social (MESTRINER, 2008, p. 190)

A Constituição Federal tentou estabelecer ao país um Estado de Bem-Estar, a qual vê o indivíduo como um sujeito de direitos, devendo o Estado cumprir as suas responsabilidades enquanto provedor de políticas públicas, prezando pela democracia da sociedade, proporcionando melhores condições de vida a população em geral.

Destacamos que a Constituição Federal foi um documento revolucionário, pois buscou

Transformar em direito, o que sempre fora tratado como favor e de reconhecer os 'desamparados' como titulares ou sujeitos de direitos. Para tanto, rompeu com a prática assistencialista largamente utilizada como instrumento de barganha populista ou de patronagem política, herdada da era Vargas, bem como com o padrão eminentemente contributivo de proteção social (PEREIRA, 1998, p. 127 apud PEREIRA, 2000, p. 156)

Com a promulgação desta, a Assistência Social torna-se parte do tripé da Seguridade Social conjuntamente as políticas de Saúde e Previdência Social. A Política de Assistência Social torna-se política pública de caráter estatal e “será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, Art. 203, p. 122), fazendo parte da Seguridade Social, tornando-se um direito assegurado por lei, responsabilidade de o Estado promover proteção social, bem-estar e justiça social as pessoas.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 203 garante que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por seguintes objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, p. 122).

Diante do exposto, constitui-se público usuário da Política de Assistência Social:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 31).

Nesse sentido, o público desta política é identificado como usuário da Política de Assistência Social, confirmando que qualquer pessoa que venha necessitar desta Política é sujeita de direitos. O Estado, por meio da esfera Federal, Estadual e Municipal atua para garantir este direito de cidadania, diretamente por intermédio de entidades da assistência social (BRASIL, 2004).

Em continuidade no Art. 204 dispõe-se das ações governamentais na área da Política de Assistência Social que serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195<sup>6</sup> desta Constituição, além de outras fontes. Está organizada com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

\* Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III-qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, 1998, p. 123).

As diretrizes citadas acima tratam das ações governamentais, que indicam que a participação da população deve ser priorizada, assim como a descentralização político-administrativa e o controle social, contribuindo para um padrão mais transparente e democrático da Política de Assistência Social.

## **2.2 – A chegada do Neoliberalismo ao Brasil e os seus desdobramentos na Política de Assistência Social**

Couto (2010) aponta que nos Estados Unidos, em 1989 temos a elaboração de um conjunto de medidas econômicas criadas pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e por instituições financeiras internacionais para solucionar as crises econômicas e as questões sociais dos países atrasados economicamente e socialmente, que apresentam má distribuição de renda e pobreza como o Brasil, por exemplo. Estas medidas ficaram conhecidas como Consenso de Washington e são baseadas nos ideários neoliberais e traz em suas orientações:

A desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada. Essas orientações opõem-se aos princípios dos direitos

---

<sup>6</sup> Este artigo traz que o financiamento da Seguridade Social será realizado pela sociedade de forma direta e indiretamente, advindos dos recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

garantidos pela Constituição e pelas leis ordinárias subsequentes (COUTO, 2010, p. 145)

O Consenso de Washington tem como principais recomendações a desconstrução dos direitos sociais, a ponto de eximir o Estado de suas responsabilidades e transferir os compromissos do Estado para empresas privadas. Esse processo de implementação dessas recomendações é contrário aos direitos que vem sendo conquistados por meio da Constituição Federal.

Em 1990, no governo Collor, temos a chegada do neoliberalismo ao Brasil. O Neoliberalismo é uma doutrina econômica articulada por Margareth Thatcher, ministra do Reino Unido e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, agências como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central e pensadores liberais. Esta doutrina defende o tripé do capitalismo contemporâneo: privatização das empresas estatais, liberalização do livre mercado e desregulamentação das políticas públicas, ou seja, esta doutrina é a favor da

Retirada do Estado como agente econômico, dissolução do coletivo e do público em nome da liberdade econômica e do individualismo, corte dos benefícios sociais, degradação dos serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho, desaparecimento de direitos históricos dos trabalhadores; estes são os componentes regressivos das posições neoliberais no campo social, que alguns se atrevem a propugnar como traços da pós-modernidade (MONTES, 1996, p. 38 apud BERHING, 2008, p. 58).

Destarte, o Neoliberalismo veio para afirmar uma reforma de Estado a qual deve-se investir minimamente em políticas públicas e sociais e preocupar-se com o mercado e administração econômica do país, responsabilizando o indivíduo por suas necessidades básicas. Ou seja, esta doutrina vê o indivíduo como consumidor e não como ente de direitos.

É neste cenário de contenção nos recursos destinados as políticas sociais e de desresponsabilização do Estado, que Fernando Henrique Collor de Melo inicia seu mandato. Na realidade, o governo de Collor baseou-se “em combater os marajás, os corruptos, as mazelas sociais vistas não do lado da desigualdade na distribuição da renda e da violência do processo de acumulação, mas do lado da ineficiência do Estado” (OLIVEIRA, 1992, p. 47 apud PEREIRA, 2000, p. 159). A Era Collor teve como metas governamentais: combater a inflação e a corrupção ficando assim conhecido como o então

presidente “caçador de marajás”, entretanto ignorava as expressões da questão social que vinham surgindo e/ou surgiu preocupando-se exclusivamente com o mercado e a defesa da intervenção mínima do Estado enquanto provedor de direitos sociais.

Segundo Pereira (2000) e Lins (2009), Collor criou medidas provisórias argumentando que serviriam para salvar a economia de uma situação grave de inflação e de enormes dificuldades fiscais; também solicitou a revisão da Constituição Federal sob o discurso de que esta lei estaria levando o Brasil ao caos econômico de aumentos inflacionários, realizou cortes em benefícios sociais e na própria assistência social, suspendeu a possível criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Assim a Políticas de Assistência Social retoma seu caráter assistencialista e clientelista sendo executada por Organizações Não Governamentais (ONG); igrejas e demais entidades filantrópicas.

O governo Collor durou 2 anos e 7 meses, pois um *Impeachment* pôs fim ao seu mandato, então em 1993, Itamar Franco, o então vice-presidente, assume a presidência do Brasil. Pereira (2000) e Mestriner (2008) afirmam que Itamar Franco não estava preparado para assumir tal cargo, chegando a solicitar um período de vacância para o Congresso Nacional, o que lhe foi negado e isso refletiu-se em sua gestão como presidente que pouco fez para melhorar as condições de vida da população. Destaca-se entre suas ações o Plano Real construído no governo, este consistiu na transformação da moeda brasileira que antes era chamada de cruzeiro e passou para real o que controlou a inflação, proporcionou equilíbrio dos preços e trouxe melhorias nas rendas dos mais pobres. É importante também ressaltar a que o então presidente Itamar Franco sancionou a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que estabeleceu “normas e critérios para organização da assistência social, já que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos” (BRASIL, 1993, p.04).

A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) trouxe a reafirmação da Política de Assistência Social e seus serviços como política social, responsabilidade do Estado, organizando os Conselhos e Fundos Nacionais de Assistência Social para que assim, haja o repasse dos recursos financeiros por parte do Estado para que a Política de Assistência Social possa voltar-se no combate à desigualdade social e propicia a criação de Conselhos de Assistência Social, os Planos de Assistência Social e os Fundos de Assistência Social como importantes instrumentos de gestão do sistema descentralizado e participativo” (CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2018, p.34). Ou seja, houve a

separação no governo dos conselhos, planos e fundos ambos de Assistência Social, cada um com suas competências devidamente estabelecidas e organizadas para que as ações políticas da Política de Assistência Social fossem financiadas pelas três esferas do governo: Executivo, Legislativo e Judiciário.

A Loas propiciou a substituição do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) pela criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que controlava, coordenava a Política de Assistência Social, seus serviços e benefícios socioassistenciais bem como prezava pelo aprimoramento e efetivação da então política dentro dos governos.

Em 1995, o então governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) investiu em programas

Concebidos como componentes de uma rede de proteção social que incluiria também a previdência rural e os programas não contributivos da assistência social: Bolsa-Escola, Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Agente Jovem, Programa de Saúde da Família, Programa de Apoio à Agricultura Familiar, além do Projeto Alvorada, para os 2.361 municípios brasileiros com maior proporção de habitantes situados abaixo da linha da pobreza (ALMEIDA, 2004, p.10)

Embora o governo FHC tenha se preocupado em promover programas e projetos sociais, estes foram suficiente para amenizar e não eliminar as expressões da questão social como o desemprego, fome e a falta de moradia, existentes neste período. A grande questão é que Fernando Henrique Cardoso abraçou “o ideário neoliberal no que este tinha de mais ortodoxo ou fundamentalistas, elegendo como principais alvos de governo, a redução da participação do Estado nas atividades econômicas e a desregulação do mercado” (PEREIRA, 2000, p. 167). Neste caso, FHC ao invés de mostrar uma política inovadora democrática, foi totalmente contrário. Burocratizou o acesso da população usuária da Política de Assistência Social, criando critérios para a concessão destes benefícios.

Ressalta-se ainda a criação do Programa Comunidade Solitária, da então primeira dama Ruth Cardoso. Este programa é decorrente da Medida Provisória (MP 813/95) que estabelece a parceria do Estado para com as entidades filantrópicas, Igrejas e Organizações Não Governamentais (ONG) para a promoção de programas sociais de combate à pobreza. Assim, “o Comunidade Solitária acabou por reeditar ações assistencialistas da Legião Brasileira de Assistência (LBA), fruto da Era Vargas, tão

abominadas pelo governo, e, pior, desconsiderou determinações constitucionais” (PEREIRA, 2000, p.172). Aqui, Pereira faz uma comparação deste programa Comunidade Solitária com a Legião Brasileira de Assistência Social, ambos foram coordenados pelas primeiras damas, apresentavam a Política de Assistência Social como favor de cunho caritativo e faziam parcerias com diversas entidades sejam governamentais ou não.

É importante destacar que o governo FHC realizou em seu segundo mandato, o pagamento de salários mínimos que não atendiam as reais necessidades da população, flexibilizou as legislações trabalhistas resultando na empregabilidade da mão-de-obra do trabalhador por custos menores favorecendo cada vez mais as empresas e quanto ao campo social, FHC não repassou “para a Seguridade Social recursos orçamentários, formados por contribuições para financiar ações não previstas na Constituição. E no rol, destes desfalques, a política de Assistência Social é a mais apenada, pois geralmente é a que fica com recursos ínfimos e incertos” (PEREIRA, 2000, p. 180). O governo FHC quando não realizou o repasse financeiro para a Seguridade Social, prejudicou a política de Assistência Social, pois para manter seus serviços e programas socioassistenciais era necessário haver o repasse financeiro. Caso não haja, a Política de Assistência Social retorna ao assistencialismo, benemerência e ao primeiro damismo da década de 1930.

### **2.3- Governo Lula: A criação da Política Nacional de Assistência Social e o surgimento do Sistema Único de Assistência Social**

Em 2003, temos a vitória para a presidência da República de Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), conhecido popularmente como Lula. Este governo demonstrou ser Socialdemocrata, pois ao mesmo tempo que não quis romper com a ordem social econômica, e procurou atender as demandas da elite, procurou também atender as demandas sociais.

Destaca-se como um dos principais feitos sociais: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), criada em 2004, sob a coordenação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNSS). Esta política visava garantir o bem-estar e a proteção social da família e traz como premissa a ideia de que a família (independentemente de sua configuração) as responsabilidades sobre seus membros (como um sistema de bem-estar), ao invés de deixar ou transferir essa realidade para o Estado.

Segundo Iamamoto (2017) e Brasil (2009) a Política de Assistência Social será organizada a partir da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, este sistema organiza os serviços socioassistenciais duas proteções: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, por meio de unidades, como o CRAS- Centro de Referência de Assistência Social e CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com o objetivo de atender pessoas em situação de vulnerabilidade social, garantindo-lhes a segurança e o bem-estar.

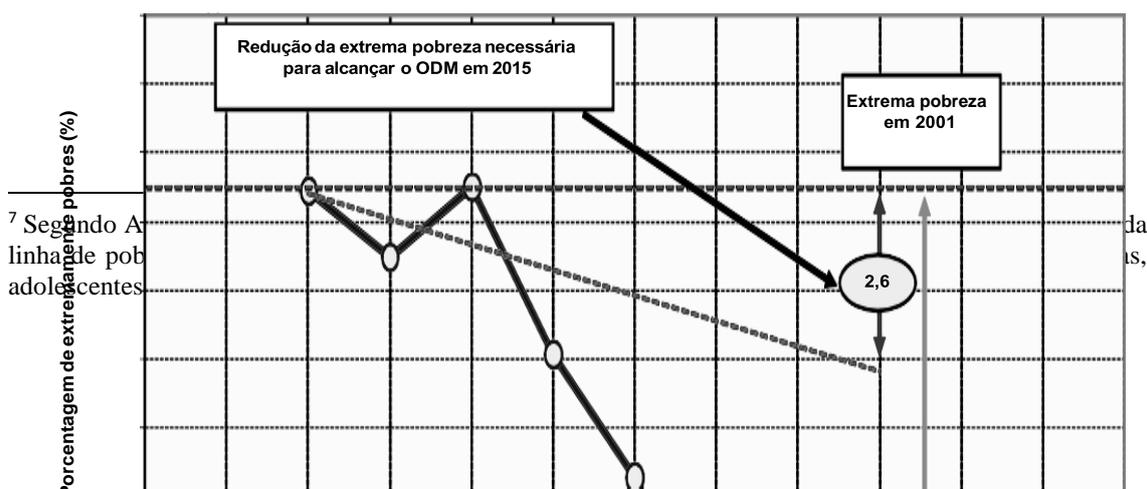
O governo do Lula procurou investir em programas sociais de transferência de renda como:

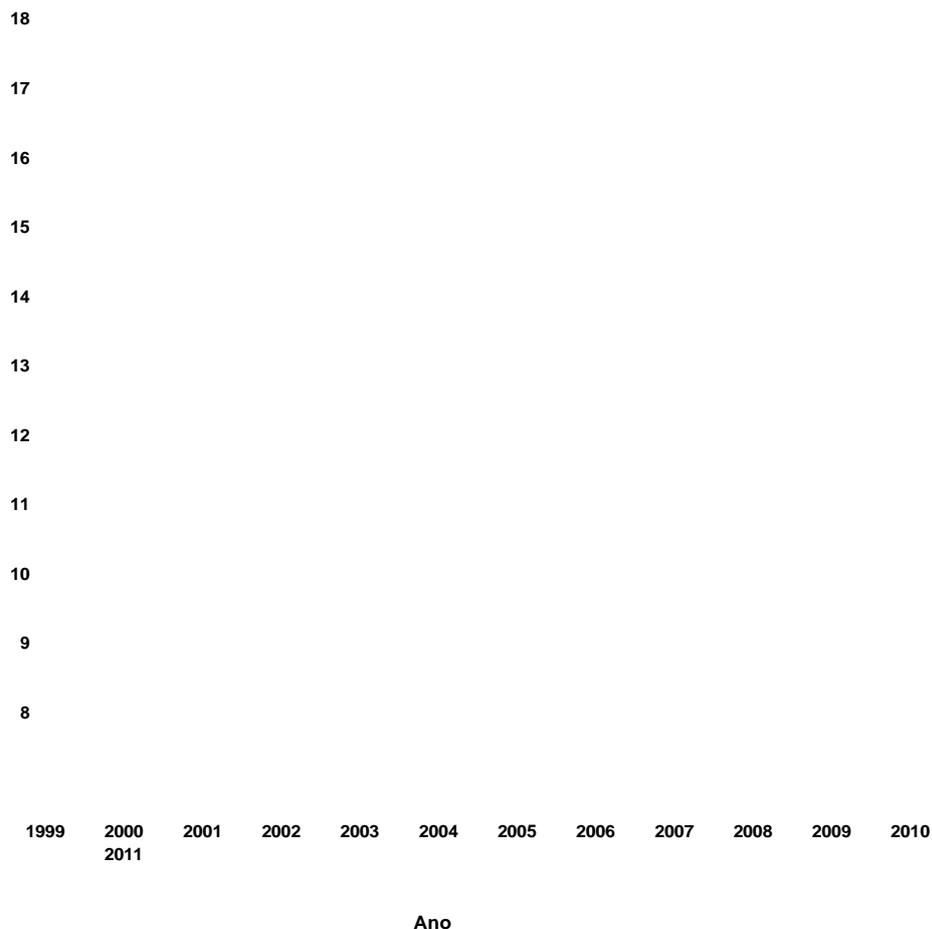
O Cartão-Alimentação incorporado a um novo programa de transferência direta de renda, o Bolsa-Família, unificando-se três dos programas criados na administração Cardoso: o Bolsa Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás. Buscou-se ainda, por meio de convênios, unificar a ação dos governos federal, estaduais e municipais em um único programa de transferência direta da renda. O Bolsa-Família,<sup>7</sup> ainda em fase de implantação, é hoje, anunciado como o carro-chefe da política social do governo Lula (ALMEIDA, 2004, p. 15).

Todos estes programas foram estabelecidos para trazer avanços ao país, resultando na redução da desigualdade de renda no país e contribuindo para maior efetivação da Política de Assistência Social. Entretanto, não rompendo com os ideários neoliberalistas, a Política de Assistência Social sofrerá retrocessos que resultarão em ações fragmentadas, setorializadas, excludentes e, sobretudo, retornando ao seu caráter assistencialista e clientelista.

Conforme Brasil (2009) o gráfico I demonstra que os benefícios de transferência de renda contribuíram para a redução das desigualdades sociais e para a redução da pobreza que, embora os benefícios garantissem uma verba pequena, estes serviram para mudar a realidade de muitas famílias.

**Gráfico 1 - Declínio da extrema pobreza entre os anos de 2001 a 2008.**





Fonte: IPEA – Estimativas produzidas com base na PNAD de 2001 a 2008

O gráfico acima traz que a pobreza foi reduzida pela metade quando comparada com o ano de 2003, de maneira a alcançar em 5 anos o que “o Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio - ODM estabeleceu que fosse feito em 20 anos, até 2015” (BRASIL, 2009, p. 02). Este cenário de redução, deve-se pelo acesso da população mais vulnerável as políticas sociais, em especial, a Política de Assistência Social e seus serviços.

No governo Lula, houve um maior investimento na Política de Assistência Social, elevando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil em 2005. A este respeito, Brasil (2009, p. 02) ressalta que “os recursos destinados à Assistência Social, em termos nominais aumentaram 102,5% de 2004 a 2008; em relação ao PIB, os recursos evoluíram de 0,95% em 2004, para 1,29% em 2008”, ou seja, confirma-se o compromisso do governo em investir em políticas sociais, em especial, a Política de Assistência Social.

Um dos programas carro-chefe em distribuição de renda no Brasil para combate à pobreza é o Programa Bolsa Família (PBF). Este programa foi criado em outubro de 2003, no governo do social democrata de Lula e em dezembro de 2006 o programa Bolsa Família atingiu a meta em público alvo estabelecida pelo Governo Federal, não apenas por ser uma renda complementar, mas por garantir direitos sociais a essas famílias pobres.

Conforme Campello (2014), o Bolsa Família no governo Lula tinha por objetivo contribuir para a inclusão social de milhares de famílias afetadas pela miséria, era visto como “alívio” de sua situação de pobreza e fome. Ademais, almejava estimar acompanhamentos do atendimento do público-alvo deste programa, pelos serviços de saúde e a superação de indicadores dramáticos que marcavam de forma negativa a trajetória das crianças pobres, sendo eles: altos índices de evasão, repetência e defasagem de idade-série. Além disso, pretendia contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

### **CAPÍTULO III – O RETROCESSO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS-GOLPE INSTITUCIONAL DE 2016**

Talvez nossa reflexão deva começar por aí: pelo fato de que nossa sobrevivência está ameaçada. Temos a chave do futuro da humanidade, mas para poder usá-la temos que compreender o presente. Não podemos nos permitir desviar os olhos.

Sebastião Salgado

Diante do contexto apresentado até então, faz-se necessária a abordagem no presente capítulo acerca do cenário político e social a partir do ano de 2013 nos quais os movimentos sociais organizados obtiveram uma participação ímpar na luta por direitos até então não conquistados e pela manutenção daqueles já garantidos. Mostra-se a um cenário político marcado por tramas e percalços ideológicos que efetivamente inferem diretamente no desenvolvimento, avanços e limites da Política de Assistência Social brasileira.

A segunda parte deste tópico se refere aos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, marcados por avanços e retrocessos no que se refere às políticas sociais públicas e à economia brasileira, além de embates e entraves com outros partidos políticos, que culminaram no Golpe de 2016. A partir disto, o desencadeamento de movimentos políticos e partidários da direita e da esquerda e uma corrida presidencial orientada pelos ditames do capital. Isto, em médio prazo, reflete no pensamento popular brasileiro e na eleição de Jair Messias Bolsonaro; presidente da república que representa os interesses do grande capital e um projeto de desmonte das políticas sociais públicas.

A assistência social neste período sofreu e sofre ataques violentos destituindo-se do caráter de política pública e assumindo um status de caridade fazendo com que a parcela vulnerável da população retorne a patamares de pobreza já experimentados em outras épocas.

#### **3.1 – Conjuntura Sociopolítica: As manifestações de junho de 2013 e março de 2015**

Em 2013, após o aumento da tarifa do transporte coletivo de R\$ 3,00 a R\$ 3,20 ocorreram cinco atos contra esta decisão no estado de São Paulo e que se expandiu para “10 de 16 cidades do interior” (Jornal G1, 2013, [s.n.]), inclusive desdobrou-se pelas periferias paulistas intensificando seu apoio, durante o decurso de duas semanas e ficou conhecido como Manifestações de junho de 2013<sup>8</sup>.

Demier (2017) informa que apesar dessas manifestações serem lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL)<sup>9</sup>, havia também a presença de “partidos de Oposição de Esquerda ao então governo federal petista (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU e Partido Socialismo e Liberdade- PSOL; e Partido Comunista Brasileiro- PCB) ” (DEMIER, 2017, p.67).

Zizek (2013), Singer, Jinkings, Doria (2016) e Singer (2013) descrevem que as manifestações de 2013 desencadearam outros protestos e novas pautas devido á chegada de novos integrantes que seriam “os coxinhas”<sup>10</sup>. Segundo Singer (2013) “os coxinhas” ergueram cartazes com críticas ao então governo os seguintes dizeres e pautas:

“Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra a saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e trai- ção”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar” (SINGER, 2013, p. 25).

Além dessas pautas, esta juventude trazia consigo a pauta de almejar a volta da Ditadura Militar. Destarte, os atos ganharam novos rumos. Sob a coerção da polícia que

<sup>8</sup> Singer (2013) avalia que intitular as manifestações como “Jornadas de Junho” remeteria a Revolução de 1848 ocorrida na França, a qual “o proletariado de Paris lança-se a uma tentativa insurrecional, sendo esmagado pela repressão à bala comandada pelo general Cavaignac” (SINGER, 2013, p. 24), sendo esta uma revolução caracterizada como um terremoto que abalou França. Singer justifica que as manifestações de junho de 2013 embora tenham mudado os rumos do país, não caberia dar esta nomenclatura aos atos de junho de 2013, uma vez que “o travejamento fundamental da ordem não foi questionado” (SINGER, 2013, p.24).

<sup>9</sup> Silva (2015) retrata que o Movimento do Passe Livre é apartidário, horizontal e independente e pauta-se na gratuidade nas passagens dos transportes coletivos e na melhor distribuição do orçamento público. Este movimento é composto por estudantes, associações de moradores, professores e sociedade civil. Sua origem aconteceu com a Revolta do Buzu em 200, em Salvador e com a revolta das catracas ocorrida em 2005, em Florianópolis.

<sup>10</sup> Expressão utilizada pela juventude de esquerda presentes nas manifestações de 2013, para dirigir a uma juventude coligada á partidos de direita como PSDB e MBL que “repudiavam as bandeiras vermelhas a pretexto de impedir a “partidarização” do movimento, e assumiam o verde-amarelo de todos os brasileiros” (SINGER; JINKINGS; DORIA, 2016, p. 49).

buscava conter as manifestações, não era entendida para quem optava por assistir pelos noticiários da televisão<sup>11</sup>. A única coisa que se sabe é que houve um:

Descompasso de temporalidades entre a comunicação do mundo da vida (bem como a esfera pública) e a comunicação própria do Estado. Aí as brechas, nesse desvão histórico, irromperam protestos, com sua carga de linguagem, de estética e de violência (BUCCI, 2016, p. 77).

Assim, nota-se que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) ao mesmo tempo em que atendia aos reclamos populares, também articulava muito mais com partidos políticos a sociedade. Dessa maneira, deu-se uma abertura para que a elite capitalista arquitetasse planos para a tomada do poder.

Diante desta conjuntura, Dilma Rousseff posiciona-se a favor das manifestações. Isso é perceptível na fala da então presidente ao declarar que “Incluimos (as reivindicações populares), porque elevamos a renda, porque ampliamos o acesso ao emprego, porque demos acesso a mais pessoas à educação, surgiram cidadãos que querem mais e que têm direito a mais” (JORNAL G1, 2013).

Singer; Jinkings; Doria, (2016) e o Jornal El País (2014) descrevem que em 2013, tivemos diversas greves de professores e sindicatos, metalúrgicos, funcionários públicos, bancários, motoristas, cobradores de ônibus, donos de empresas têxtil, funcionários de hotelaria, de indústrias químicas e gráficas, que ameaçavam paralisar suas atividades em busca de melhores condições de trabalho e por salários decentes. Os policiais e Guardas Municipais foram impedidos de participarem desta “onda” de greves, podendo somente fazer uma marcha pelas cidades. Ressalta-se que o objetivo destes militares era impedir a Copa Mundial de futebol acontecer e também declararam apoio a Aécio Neves do PSDB.

Nesta conjuntura, o governo do PT, na figura de Dilma, com receio de que estas greves trabalhistas abalasse sua gestão e para que não se tornassem um tsunami (JORNAL EL PAÍS, 2014), em prol de uma paz social criando [estimulou a] “políticas públicas redistributivas, criação de empregos formais e o acesso popular ao crédito” (SINGER; JINKINGS; DORIA, 2016, p. 57). Isso foi fundamental para a ascensão política do PT.

---

<sup>11</sup> A este respeito, é necessário destacar que a mídia como um todo “rompeu o silêncio e passou a condenar abertamente aqueles que atrapalhavam o trânsito e impediam o exercício de ir e vir” (DEMIER, 2017, p. 68). Ou seja, nestas manifestações haviam o grupo dos Black Blocks, estes utilizava a forma de depredar aquilo que consideravam instrumentos de opressão contra o proletariado ou o “linchamento de símbolos do poder” (BUCCI, 2016, p.100) como a quebra de bancos e dentre outros. Destarte, todos os presentes nas manifestações, sem exceção de ninguém, eram enquadrados como marginais e baderneiros.

Os autores Amaral e Ribeiro (2014) definem as eleições de 2014 como modelos: “logístico multinominal no primeiro turno” em que temos Dilma Rousseff com oposições a seu governo. De um lado temos Marina Silva filiada ao Partido Verde (PV)<sup>12</sup> e do outro, Aécio Neves do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB)<sup>13</sup> ambos almejando a presidência da República. E para a segunda fase das eleições, temos um “modelo binário (voto em Dilma ou Aécio)”, isto é, para segundo turno temos os presidentiáveis Dilma Rousseff (PT) com 41,6% e Aécio Neves (PSDB) com 33,5%, enquanto a Marina Silva (PV) é derrotada e se une a Aécio Neves a fim de se contrapor a candidatura da presidentiável petista.

Os autores Amaral; Ribeiro (2014) trazem tabelas em que estão contidos os resultados dessa eleição de 2014. Temos a (tabela 1) a qual faz comparações dos resultados do primeiro turno nas regiões brasileiras sobre as computações dos votos de Dilma, Aécio e Marina, vejamos.

**Tabela 1** - Resultado da eleição presidencial de 2014, 1º turno (% dos votos válidos)

	<b>Dilma</b>	<b>Aécio</b>	<b>Marina</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Norte	50,1	28,1	18,4	3,1	100
Centro-Oeste	32,7	41,0	23,5	2,8	100
Nordeste	59,7	15,4	22,8	2,2	100
Sul	36,3	47,2	12,8	3,6	100
Sudoeste	32,4	39,4	23,6	4,5	100
<b>Brasil</b>	<b>41,6</b>	<b>33,5</b>	<b>21,3</b>	<b>3,5</b>	<b>100</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral apud Amaral; Ribeiro, 2014, p. 110.

Esta tabela com resultados das eleições por região mostra-nos que Dilma está acirrada com Aécio, enquanto Marina segue perdendo em todas as regiões do Brasil.

<sup>12</sup> Marina Silva filiou-se ao PT em 1986 sendo defensora do Meio Ambiente e coibiu veemente o desmatamento da Amazônia. Porém em 2009, Marina desfilou-se do PT por não concordar com “o desenvolvimento e desvios éticos” (JORNAL FOLHA DE S. PAULO, 2018) deste partido. Em 2010, Marina filia-se ao Partido Verde e disputou o cargo de presidente do Brasil em 2010 e 2014.

<sup>13</sup> A este respeito o Jornal G1 (2014), ao trazer parte da trajetória do político em questão, afirma que Aécio Neves trabalhou como assessor pessoal de seu avô Tancredo Neves, também do PSDB. Trabalhou também como deputado federal e senador do governo de Minas Gerais. E em 2014, resolve candidatar-se a presidente do Brasil. É necessário afirmar que Aécio ganhou o apoio dos militares nas greves de 2013.

Enquanto a Tabela 2 mostra-nos os resultados de todas as regiões brasileiras durante o segundo turno, comprovando a vitória de Dilma Rousseff (PT) sobre Aécio Neves (PSDB).

**Tabela 2** - Resultado da eleição presidencial de 2014, 2º turno (% dos votos válidos)

	<b>Dilma</b>	<b>Aécio</b>	<b>Outros</b>
Norte	56,5	43,5	100
Centro-Oeste	42,6	57,4	100
Nordeste	71,7	28,3	100
Sul	41,1	58,9	100
Sudeste	43,8	56,2	100
<b>Brasil</b>	<b>51,7</b>	<b>48,3</b>	<b>100</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral apud Amaral; Ribeiro, 2014, p.111.

Nesta tabela, embora Aécio tenha obtido o maior número de votos nas Regiões Centro-Oeste e Sul, o apoio dos militares e a insatisfação dos eleitores com o governo do PT não foram suficientes para dar ao presidenciável do PSDB o cargo de presidente do Brasil. Assim, Dilma torna-se a primeira presidente reeleita do Brasil com 51,7% dos votos.

Conforme os autores Amaral; Ribeiro (2014) faz-se necessário ressaltar que, nesse momento embora; tenhamos uma parcela da população que concordava com as pautas de Marina Silva de construir uma rede de sustentabilidade para respaldar o meio ambiente e, outrossim, tínhamos um eleitorado religioso que eram contra o governo petista e que

aparentemente dava a vitória a Marina e ao PSDB. Tudo não foi o bastante para interromper o ciclo de dezesseis anos em que o PT prevalecia na presidência do país.

Em 2014 inicia-se, portanto, o segundo mandato de Dilma Rousseff ao lado de seu vice-presidente Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>14</sup>. Dilma elegeu Joaquim Levy como ministro da fazenda que juntamente com a equipe macroeconômica propôs medidas de contenção de gastos. O motivo pelo qual foi apresentada tal política de Austeridade Fiscal foi de que o governo mais gastou (como forma de amenizar os impactos da crise internacional)<sup>15</sup> do que recebeu e desse modo, deveria adotar uma política de austeridade fiscal que pudesse controlar essas despesas.

Esta política geraria maior contingente de desempregados, aumentando a “onda” grevista, sem contar que é uma política que necessitaria de alteração na Constituição Federal de 1988, gerando reformas trabalhistas e previdenciárias. Pois, para economizar dinheiro para quitar tal déficit primário, precisaria aumentar as contas de água e luz, os empréstimos dos bancos ficariam mais caros, haveria cortes nas políticas públicas e em programas sociais do governo.

Devido a isso, o Governo petista adotou tal política de austeridade fiscal traindo “a expectativa dos 53 milhões de eleitores que foram seduzidos pelas promessas de sua campanha de manutenção dos empregos e dos direitos trabalhistas (SINGER; JINKINGS; DORIA, 2016, p. 60)”. Ou seja, Dilma Rousseff ganhou as eleições sob o discurso de que geraria mais empregos formais e que trabalharia em prol de melhorias para o proletariado. Entretanto, como a presidente não compreendia de fato a situação em que o país se encontra, decide autorizar a Política de Austeridade. Desse modo, a então presidente foi totalmente contraditória com as suas pautas propagadas em sua campanha eleitoral, aumentando o contingente de trabalhadores com sua gestão.

Em março de 2014, temos a Operação Lava Jato da Polícia Federal que num primeiro momento trabalhou em examinar o uso ilícito do dinheiro público em postos de gasolina e que logo, desdobrou-se para novos rumos ao descobrir esquemas de corrupção envolvendo a Petrobrás e dedicando especificamente a investigação do PT com os tais esquemas (BUCCI, 2016; SINGER; JINKINGS; DORIA, 2016).

---

<sup>14</sup> Antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

<sup>15</sup> Trata-se da crise de 2008, consiste em uma especulação, que ocorreu nos Estados Unidos pela qual o governo decidiu baixar os juros e os preços para a sociedade adquirir sua casa própria. A demanda foi grande, os bancos quebraram e as inflações aumentaram levando o país americano a decretar falência.

As parcerias realizadas entre o PT com partidos liberais como PSDB e PMDB propiciaram a criação do projeto “Ponte para o futuro” cujo objetivo era utilizar recursos destinados as políticas públicas e programas sociais para pagar dívidas contraídas entre PT e bancos numa tentativa de impedir rompimentos financeiros que estavam em alta devido à baixa arrecadação orçamentária.

Devido aos escândalos de corrupção descobertos pela Operação Lava Jato e ao ajuste econômico gerando descontentamento entre trabalhadores e setores de classe média, “Os índices de aprovação do governo que saíram das eleições de 2014 um pouco acima de 50%, entrariam em fevereiro de 2015 com cerca de 23%” (BUCCI, 2016, p.147). Ou seja, o eleitorado brasileiro não considerava a gestão do PT satisfatória como bem consideravam durante as eleições de 2014.

Em março de 2015, o Movimento Brasil Livre (MBL) liderado por Kim Kataguri<sup>16</sup>, aproveitou da ocasião, com o estímulo de partidos e/ou políticos de oposição ao governo petista e de jovens de classe média colocam o Brasil novamente nas ruas, tão somente para protestarem contra a corrupção, pressionando a classe política do Brasil a pensar em um possível *Impeachment* contra a, na época, presidente Dilma Rousseff (BARROS, 2019). O processo de *Impeachment* sinalizado nos atos de 2013, 2015 juntamente com o descontentamento da população brasileira, foi levado ao Senado Federal, na época, coordenado por Renan Calheiros.

Em 2016 temos golpe institucional, conhecido como “Golpe de Estado” que com “61% dos votos dados pela Bancada BBB<sup>17</sup>” (SINGER; JINKINGS; DORIA, 2016) que resultou no *Impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. Aqui reside um conflito em que se alega que a então presidenta não estaria cumprindo com suas promessas eleitorais e ao mesmo tempo, articulava com os empresários e grandes detentores de terras, a exploração dos serviços de utilidade pública. Sobre isso Singer; Jinkings; Doria (2016, p. 60) acrescenta que, na verdade,

---

<sup>16</sup> De acordo com o documentário “Com Vandalismo” (2013) e com os autores Singer; Jinkings; Doria (2016), O Movimento Brasil Livre esteve presente nas manifestações de 2013 e foram responsáveis por trazerem novas pautas aos atos. É um movimento que além de ser financiado pelas elites capitalistas, em especial por empresários americanos de direita interessados pelo Pré-sal brasileiro e tem como objetivo atrapalhar o desenvolvimento do governo de Dilma Rousseff.

<sup>17</sup> Singer; Jinkings; Doria (2016) nos brindam trazendo o conceito e a composição da Bancada BBB: B da Bala (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), B do Boi (grandes proprietários de Terra, criadores de gado) e B da Bíblia (neopentecostais integristas, homofóbico e misóginos).

As forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários; um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista.

O Golpe de Estado foi dado, pois a elite capitalista queria mais reformas que possibilitassem acumular mais riquezas (sem precisar realizar negociações com partidos que visem conservar a democracia) que isso desfaça os direitos da classe trabalhadora, sendo assim uma afronta a democracia brasileira para instalar o regime autoritário no país. O governo do PT embora tenha adotado medidas econômicas que favorecesse de um lado a burguesia e do outro a classe trabalhadora, não foi radical o suficiente para retirar conquistas sociais dos trabalhadores.

Com este Golpe de Estado, encerra-se o ciclo dilmista, Michel Temer do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), passa a governar o país de maneira a estabelecer recortes temporais objetivando principalmente uma agenda de retrocessos resultando na retirada de direitos trabalhistas, cortes e privatizações das políticas sociais (SINGER; JINKINGS; DORIA, 2016).

A princípio, institui no dia 15 de dezembro de 2016, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 95,<sup>18</sup> conhecida como a “PEC da Morte”, veio para desfazer o pacto em que o Estado deveria promover Bem-Estar e Proteção Social estabelecido na Constituição Federal de 1988, fazendo contenção de recursos públicos destinados a políticas públicas ao longo dos próximos 20 anos. Em decorrência disso, assistimos ao enfraquecimento do Sistema de Proteção Social e das efetivações das políticas sociais e seus serviços (BRASIL, 2019; SINGER; JINKINGS; DORIA, 2016; REINHOLZ, 2018).

Essa nomenclatura de PEC da morte foi dada, pois, ao limitar recursos financeiros por 20 anos, a Política de Assistência Social, (especialmente) deixará de receber financeiramente 38 milhões e com isso, reduzirá seus atendimentos e serviços “para 46%, ou seja, menos da metade do que é hoje e o Governo terá economizado com a vida das pessoas que mais necessitam 94 bilhões” (BRASIL, 2019, p. 06). A tabela a seguir demonstra o quão grave é esta Emenda Constitucional na Política de Assistência Social, vejamos.

---

<sup>18</sup> Conforme Reinholz (2018) a nomenclatura da Proposta Emenda Constitucional vai se modificando de acordo com as instâncias governamentais. Enquanto estava em processo na Câmara dos Deputados chamava PEC 241/2016, quando evoluiu para o Senado Federal, PEC 55/2016.

**Tabela 3** - Os impactos da Emenda Constitucional de 2016

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apud Brasil, 2019, p. 06

Esta tabela demonstra que a Política de Assistência Social está afetada gravemente pela Emenda Constitucional 95 e “em 10 anos a Assistência Social deixará de receber 38 bilhões, ou seja, a Assistência será reduzida em quase 68% nesse período. Em 20 anos ela será reduzida em 46%, ou seja, menos da metade do que é hoje e o Governo terá economizado com a vida das pessoas que mais necessitam 94 bilhões” (BRASIL, 2019, p. 06), isso produzirá um contingente maior de pessoas que ficarão desamparadas pelo Estado. Com este cenário de crise econômica, haverá um aumento nas taxas de desempregados, pessoas ficarão cada vez mais em situação de vulnerabilidade social e precisarão da Política de Assistência Social.

O Estado, nesse contexto fará com que a Política de Assistência Social atenda pessoas ainda mais empobrecidas, atrasando os recursos financeiros destinados aos municípios para a execução do SUAS e seus serviços. Vejamos o gráfico a seguir que ilustram bem esta situação.

**Tabela 4 - Redução do Repasse Federal para Serviços Socioassistenciais**

**REDUÇÃO DO REPASSE FEDERAL E DESCONTINUIDADE DO COFINANCIAMENTO DA UNIÃO**

2016	2017	2018	2019
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS <b>2,1 bilhões</b>	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS <b>2,1 bilhões</b>	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS <b>2,8 milhões</b>	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS <b>1,5 bilhões</b>
BPC <b>45 bilhões</b>	BPC <b>49 bilhões</b>	BPC <b>55 bilhões</b>	BPC <b>30 bilhões</b>
BOLSA FAMÍLIA <b>28,8 bilhões</b>	BOLSA FAMÍLIA <b>29,7 bilhões</b>	BOLSA FAMÍLIA <b>26,5 bilhões</b>	BOLSA FAMÍLIA <b>23 bilhões</b>

Fonte: Colegiado Nacional de Gestores Municipais/CONGEMAS. Abril, 2019 apud Brasil, 2019, p. 07.

A tabela mostra-nos que o ataque deste governo não se resume somente em congelar os recursos financeiros, mas sim, em também não repassar os recursos aos municípios. São mais de 2,2 milhões de reais que não foram destinados ao SUAS. Temos assim um:

Cenário de muita insegurança e de descumprimento dos pilares do SUAS, como o repasse automático fundo a fundo. Um passivo que compromete a oferta de serviços e o pagamento de pessoal, já que a grande maioria dos municípios utiliza os recursos federais para garantir o atendimento e o acompanhamento dos usuários, ou seja, o funcionamento elementar do SUAS (BRASIL, 2019, p. 07)

O desfinanciamento das políticas públicas rebaterá nas unidades de serviços socioassistenciais como os CRAS e os CREAS. Muitas destas entidades empregadoras verificam-se a “ausência de infraestrutura básica para a realização do trabalho profissional: telefones, computadores, impressoras, acesso à internet, carro para visitas domiciliares” tornando os serviços precários. Também rebaterá na realização de concursos públicos, assim verificaremos vínculos de trabalhos como muitos servidores terceirizados e/ou temporários e poucos concursados (IAMAMOTO, 2017; SANTOS, 2019).

Somado a este fato, no dia 05 de outubro de 2016 foi estabelecido o Decreto nº 8.869/16 que institui o “Programa Criança Feliz” (PCF), projeto que dita uma maneira de “ensinar as mães a serem mães melhores, segundo os padrões de higiene e cuidados” (GOMES, 2008, p. 40 apud SPOSATI, 2017, p. 527), ou seja, consiste em contratar agentes sem formação alguma para realizarem visitas periódicas, de modo a abordar e

orientar individualmente as mães para instruí-las acerca da educação de seus filhos em nome do amor. Este programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, sendo representado pela primeira dama Marcela Temer e coordenado pelo então ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra. Devido a Osmar Terra ser médico, resolve este aplicar seus conhecimentos neste programa da Política de Assistência Social. Desse modo, o programa passa a ser tratado sob a perspectiva da Política de Saúde e não da Política de Assistência Social, não seguindo a lógica dos serviços socioassistenciais recomendada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2019; SPOSATI, 2017).

Ressalta-se que este programa vem para realizar o que já estava sendo feito pelo SUAS, isto é, o acompanhamento e acolhimento das famílias e indivíduos atendidos pelos programas do PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e do PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família), serviços já realizados pelas unidades CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), tornando-se um programa repetitivo (SPOSATI, 2017).

Para este programa é destinado “R\$ 328 milhões (0,4% do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS/17), para uma meta de 700 mil crianças, embora indique 373 mil vagas para receber visitas domiciliares (SPOSATI, 2017, p. 539)”, sendo que este repasse financeiro poderia ser investido em demais políticas, uma vez que este programa é redundante.

O Governo Federal prega que este programa é uma forma de mostrar à sociedade o compromisso do governo federal com as famílias mais pobres. De imediato serão atendidas famílias que tenham crianças de 0 a 3 anos de idade e que são atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF). Assim, cria-se uma exclusão ao deixar de atender a todos, e o governo economiza recursos financeiros, por que as crianças são prioridades no país e a elas; há o maior investimento de recursos financeiros seja para área da saúde quanto para a educação (BRASIL, 2019; SPOSATI, 2017).

Para ilustrar bem esta situação, Santos (2019, p. 487) afirma que o governo Temer viu na “receita” neoliberal a superação da crise, assim realizou reformas trabalhistas e previdenciárias que serviram para:

Reduzir a proteção pública ao trabalho, possibilitando maior exploração da força de trabalho, privatizar setores essenciais com potencial de lucratividade e ampliar as margens de apropriação do fundo público pelo capital.

Isso demonstra o descompromisso e ausência de preocupação deste governo para com o povo brasileiro, que é superficial a ponto de anular os direitos conquistados pela classe trabalhadora em tão pouco tempo. A este modo, vale acrescentar que houve ataques do governo aos benefícios da Seguridade Social, ocorrendo:

(I) alteração de regras ao acesso aos benefícios e propondo desvinculação do valor dos benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo; (II) no órgão gestor da Assistência Social, pela realocação em todo o país de ações e serviços tais como combate à droga, desenvolvimento agrário e operação de benefícios previdenciários, descaracterizando a Assistência Social como uma política; (III) no Bolsa Família, pela diminuição da cobertura do Programa; (IV) no BPC, pela proposta de desvinculação do salário mínimo; e, por fim, o (V) na rede pública de atendimento da Assistência Social, por meio do deslocamento do Cadastro Único e a gestão dos benefícios de transferência de renda dos territórios onde vivem as famílias, para as poucas agências do INSS existentes no país (CARNEIRO, 2018, p.14).

Ou seja, o Governo Temer reduziu drasticamente o valor repassado aos benefícios da Seguridade Social como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família, visto que estes tiveram alterações nas regras para concessão as pessoas que deles necessitam, na intenção de diminuir cada vez mais os números de beneficiários para que não haja gastos excessivos. Afinal, neste governo investir nas políticas sociais é desnecessário, considerando “seu custo elevado segundo a clássica lógica fiscalista do discurso neoliberal” (CARNEIRO, 2018, p. 45).

Outra proposta do governo Temer foi a recessão dos gastos públicos no contexto da crise fiscal, no que tange o problema da economia como é o das despesas públicas. A este respeito, Granemann (2016), afirmará que:

A razão para tão vulgar ataque reside na necessidade dos grandes capitais em operar uma nova partilha do fundo público que lhes permita, simultaneamente, o enfrentamento da crise e a abertura de novos espaços de inversão de seus capitais. (GRANEMANN, 2016, p. 173).

Ou seja, o orçamento público não foi o suficiente para quitar as dívidas públicas; o governo gastou mais do que recebeu, sendo que, conforme *sítio* G1 (2015), em 2014 houve queda na arrecadação tributária e de recessão pública. Portanto, este governo atribuiu este déficit primário aos serviços públicos, acreditando que diminuindo o teto salarial de salários dos servidores iria recuperar estes recursos financeiros.

Este governo também propôs reformas eleitorais sob o uso das forças conservadoras que se articulavam somente com os deputados (que possuíam maior poderio), retirando a importância dos partidos políticos nas eleições, e objetivando extinguir a democracia.

### **3.2 – Jair Messias Bolsonaro: neopopulista e/ou fascista de novo tipo?**

Em 2018, se finda a disputa do Partido dos Trabalhadores (PT) com a vitória do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro. Esse governo caracteriza-se por ideário neoliberalista, tendo como consequência a alta do desemprego, da pobreza e da desigualdade social no país. Bolsonaro utilizou-se de um discurso conservador “Deus, Pátria e Família”, conseguindo “capturar a insatisfação causada pelas crises econômica e política nacionais, intensas pelos escândalos de corrupção, e transformar a insatisfação em potência eleitoral” (SOLANO, 2019, p.308). A população elegeu Bolsonaro acreditando que o então presidente restauraria a ordem social do país, após sofrer um atentado a faca e com a prisão do ex-presidente Lula por corrupção, Bolsonaro disparou com maiores chances de ganhar as eleições, fazendo com que o PT perdesse a sua credibilidade e legitimidade perante o povo.

De acordo com Santos (2019), o governo Bolsonaro é composto por quatro núcleos, são eles:

(1) O núcleo ideológico bolsonarista (fascista ou protofascista), (2) o núcleo militar (a garantia de tutela), (3) o núcleo político (encarregado de relações com o Congresso) e o núcleo econômico ultraliberal de Paulo Guedes e demais Chicago Boys (que também pode ser chamado de (4) núcleo dos banqueiros) (SANTOS, 2019, p. 489).

Estes núcleos foram formados para tratar das questões econômicas do país. Prosseguir as reformas trabalhistas e previdenciárias ao comprar os parlamentares para aprovarem as negociações feitas com o Congresso Nacional tendo como chefia deste o banqueiro Paulo Guedes, para promover medidas favorecendo o agronegócio e permitindo a “desregulamentação e o desmonte dos mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas” (SANTOS, 2019, p. 490), articulações políticas no exterior tendo como aliado, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump, o general Mourão (longe da mídia), promover resoluções de cunho militar para solucionar a crise capitalista.

Em 2019, o governo Bolsonaro sanciona a Portaria 2.320/19, esta estabelece:

Os procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social decorrentes do monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social para promover a equalização do cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual (BRASIL, 2019)

Esta portaria institui a igualdade de repasses financeiros destinada a manutenção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e conseqüentemente os principais programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família sofreram redução em seus atendimentos e diminuíram os números de beneficiários.

Conforme Rotelli (2019), com o cenário de desemprego, pobreza e de desigualdade social, o presidente Bolsonaro prometeu o 13º salário aos beneficiários do Programa Bolsa Família, que vem sendo cumprida. Porém o Governo não aumentou os recursos financeiros destinados ao Programa Bolsa Família para a execução da promessa. Assim, os 32 bilhões investidos no programa, deu apenas para manter os beneficiários até o final de 2019. Desse modo, haverá uma redução de 14,3 milhões para 13,5 milhões de beneficiários, causando filas de espera, o que nunca ocorreu durante os governos Lula e FHC.

De acordo com o Jornal Folha de São Paulo (2019), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), teve uma drástica redução nos números de beneficiários, “150 mil pedidos aguardam a análise inicial do INSS, e a previsão de aumento de 1,5% da verba destinada ao BPC certamente não suprirá a demanda”, pois a verba destinada a este benefício permanece sem alterações para acompanhamento do desenvolvimento e crescimento do envelhecimento e empobrecimento populacional.

Conforme o Governo Federal (2019) o programa Criança Feliz criado no governo Temer, especificamente pela ex-primeira dama Marcela Temer, continua sendo adotado no governo Bolsonaro e pela então primeira dama Michelle Bolsonaro. Este programa é o único com maior investimento do Ministério da Cidadania foram cerca de R\$ 175 milhões para ampliação do programa”.

Portanto, a Política de Assistência Social brasileira sofreu e sofre ataques incisivos e que prejudicam diretamente o seu funcionamento enquanto política social pública, isto, por sua vez, se deve a um cenário de solidificação do ideário neoliberal que se afinha com suas raízes na estrutura política deste país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

À vista do exposto, ratifica-se a importância deste estudo como instrumento de informação e consolidação da produção científica a partir da realidade, tendo como cenário de análise os acontecimentos que se sucederam durante os governos de Lula e Dilma até o governo Bolsonaro tendo como foco principal a Política de Assistência Social, analisada neste momento a partir de um cenário político de ataques e desmontes as políticas sociais e a seguridade social brasileira. Destaca-se que para realizar esta análise foi realizado um resgate histórico dos acontecimentos, transformações ocorridas no cenário político, econômico e social e que refletem principalmente no entendimento e concepção das políticas sociais públicas.

Sob a lógica aqui analisada, considera-se que a Política de Assistência Social brasileira sofreu e sofre ataques incisivos e que prejudicam diretamente o seu funcionamento enquanto política social pública, isto por sua vez, se deve a um cenário de solidificação do ideário neoliberal que se afina com suas raízes a estrutura política deste país; dito isto, podemos afirmar que a hipótese proposta para este estudo foi confirmada, pois, o longo desta produção encontrou-se elementos que comprovam o desmonte da Política de Assistência Social Brasileira.

Este processo, representado por governantes que figuram os interesses neoliberais privilegiam somente o estado mínimo, que não oferece as condições materiais e subjetivas básicas para o desenvolvimento humano pleno e exercício da cidadania; deixando a cargo do próprio indivíduo a resolução de seus problemas, que em sua maioria, são oriundos dos antagonismos produzidos pela relação capital versus trabalho.

Desta forma, afirma-se mais uma vez a necessidade e a importância dos movimentos sociais organizados e a sociedade civil plena, participar efetivamente dos espaços de discussão, elaboração e execução das políticas sociais públicas; pois, mesmo o Brasil sendo um país de dimensões continentais e de muitas riquezas, ainda acumula em seu seio uma parcela expressiva de pessoas que vivem em condições não dignas e que precisam da assistência social como socorro institucional do Estado.

## REFERÊNCIAS:

A CRISE no Brasil e o serviço social. Vídeo apresentado por Cida Ramos. João Pessoa: Pb. Serviço social para concursos, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dra9h7ik59Y>. Acesso em: 05 mai. 2020

ALMEIDA, Maria Hermínia. A política social no governo de Lula. Revista Novos Estudos. São Paulo, Ed. 70, v., n.70, nov. 2004. p. 07-17

AMARAL, Osvaldo do; RIBEIRO, Floriano Pedro. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do eleitoral brasileiro. Revista Sociologia e Política. São Paulo. v. 23, n. 56, p. 107-123, dez. 2015.

BERHING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BERHING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BOLSONARO: três hipóteses são o êxito eleitoral do candidato fake. Jornal Vermelho, 15 out 2015. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/10/15/bolsonaro-tres-hipoteses-sobre-o-exito-eleitoral-do-candidato-fake/>. Acesso em: 10 jun. 2020

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa. Senado: DF, 2019. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_atual/art\\_203\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_203_.asp). Acesso em 12 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa. Senado: DF: Congresso Nacional, 2019. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_atual/art\\_203\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_203_.asp). Acesso em 12 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Conferência Nacional Democrática de Assistência Social. Informe 04/2019. Sobre apontamentos acerca das ameaças ao SUAS: análise da conjuntura atual. São Paulo: SP. Conferência Nacional Democrática de Assistência Social [2019? ].

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.929, de 30 de novembro de 1972. Legislação informatizada sobre a criação do Instituto Nacional Alimentação. Câmara dos Deputados. Brasília: DF. 1972. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5829-30-novembro-1972-358082-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20de,INAN\)%20e%20d%C3%A11%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Fa%C3%A7o%20saber%20que%20o%20CONGRESSO,Art.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5829-30-novembro-1972-358082-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20de,INAN)%20e%20d%C3%A11%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Fa%C3%A7o%20saber%20que%20o%20CONGRESSO,Art.) Acesso em: 01 out. 2020

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Institui a Lei Orgânica de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome. Brasília: DF. p. 20. 1993

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. O que é Covid 19?: Brasília, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 14 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios. Produção de informações básicas para o estudo de desenvolvimento econômico do país. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [s.l.], 2009.

\_\_\_\_\_. Portaria 2.320, de 20 de dezembro de 2019. Institui procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Ministério da Cidadania. Brasília: DF, Congresso Nacional. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-2-362-de-20-de-dezembro-de-2019/>. Acesso em: 26 nov. 2020

BUCCI, Eugênio. A forma bruta dos protestos: das manifestações de 2013 a queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CAMPELO, Teresa; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasil: IPEA, 2013, p.15-16.

CARGA tributária recua para 33,47% do PIB em 2014, diz Receita Federal. Jornal G1, Brasília. 29 out 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/carga-tributaria-recua-para-3347-do-pib-em-2014-diz-receita-federal.html>. Acesso em: 13 mai. 2020.

CARPENTIERI, José Rafael. Desenvolvimento e crise: a trajetória do nacional-desenvolvimentismo e seus reflexos constitucionais. Revista Direito Mackenzie. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 150-171.

CARNEIRO, Annova Miriam Ferreira; ARAÚJO, Cleonice Correia; ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de. Política de Assistência Social no período de 1988-2018: Construção e desmonte. Ser Social, Brasília, v. 21, n. 44, p. 29 – 47, jan. /jun. 2016.

CINCO anos de junho de 2013: a perspectiva política petistas e os dilemas estratégicos da esquerda brasileira. Jornal Esquerda Online, 16 jul. 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/07/16/cinco-anos-de-junho-de-2013-a-perspectiva-petista-e-os-dilemas-estrategicos-da-esquerda-brasileira/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

CONHEÇA o movimento passe livre (MPL). Jornal Passa Palavra, [ s.l.]. 29 abr. 2009. Disponível em: <https://passapalavra.info/2009/06/6927/>. Acesso: 30 ago. 2020.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

CORTES no Bolsa Família: 400 mil famílias podem deixar de ser atendidas em 2020, diz economistas. Jornal Extra Globo [s.l.]. 08 dez. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/cortes-no-bolsa-familia-400-mil-familias-podem-deixar-de-ser-atendidas-em-2020-diz-economista-rv1-1-24123337.html>. Acesso em: 23 nov. 2020

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad x. 2017.

DILMA defende protestos e diz o governo ‘ouve vozes’ pela mudança. Jornal G1, Brasília. 18 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-defende-protestos-e-diz-que-governo-ouve-vozes-pela-mudanca.html>. Acesso: 20 out. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. - São Paulo: Atlas, 2002. p. 44.

GRANEMANN, Sara. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e resistências. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 1, p. 171-184, jul. /dez. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Estado e "Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes". In: IAMAMOTO, Marilda V. \_\_\_\_\_. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 112-126.

\_\_\_\_\_, Marilda Vilela. 80 anos de Serviço Social no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n° 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

LINS, Priscilla Vasconcelos. Assistência Social, Neoliberalismo e os desafios ao Serviço Social. Rio de Janeiro: UNIGRANRIO, 2009. Disponível em: <http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000173-78a9479a33/Lins%2C%20Priscila.%20Assist%C3%Aancia%20Social%2C%20Neoliberalismo%20e%20os%20desafios%20ao%20Servi%C3%A7o%20Social.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Juliana Garcia; SANTOS, Maria Lúcia dos; Toledo, Sônia. Processo de afirmação de assistência social como política social. Serviço Social em Revista, São Paulo, [2005?]. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv8n2_sonia.htm). Acesso em: 10 jun. 2020.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a Assistência Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo\_ (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994 p. 09-29.

MOTA, Ana Elizabeth. O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, p. 236-240. 2010.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. Gestão Pública e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): desenvolvimento e “questão social”. 2 v. São Paulo: ed. Livrus Negócios Editoriais, 2014.

PELEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINDERG, Keila (org). Vontade de saber história. 1.ed. São Paulo: FTD, 2009 (Coleção Vontade de Sangue).

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

ROTELLI, Ágatha. A assistência social no primeiro ano do governo Bolsonaro. Belo Horizonte: MG. 20 dez. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/12/20/a-assistencia-social-no-primeiro-ano-de-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 26 nov. 2020.

SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da questão social e desafios para o Serviço Social no Brasil. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ed. Cortez, nº 136, p.484-496, set. /dez. 2019.

SERVIÇO social e os desmontes das políticas sociais. Vídeo aula apresentada por Maísa Miralva. Plataforma TEAMS. Circuito Ciência em Casa apresentado pelo curso de Serviço Social da PUC Goiás, 19 mai. 2020. Disponível em: <https://teams.microsoft.com/l/channel/19%3abbb7ba680f54d16ab44f13134fcfd87%40thread.tacv2/Geral?groupId=acde4e51-10ac-4c50-8a05-45659d2d1110&tenantId=73319f42-8908-4b89-9f8d-558cf4d5d776>. Acesso em: 19 mai. 2020.

SILVA, Alex dos Santos. Conheça todos os presidentes que governaram o Brasil. [s.l.], Politize. 2018. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/conheca-todos-os-presidentes-que-ja-governaram-o-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SILVA, Roberta Iara Rodrigues da. O movimento passe livre e a luta por transporte coletivo no Brasil: O caso do MPL-Joinville. Revista Crítica de Humanidades. Universidade de Salvador. Salvador, 2005.

SINGER, André; JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (org.). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Revista Novos Estudos. São Paulo, Edição 97, v. 32, n. 03, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n97/03.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

SOLANO, Esther. “A Bolsonaroização no Brasil”. In: ABRANCHES, Sérgio et. al. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das letras, 2019. p. 307-321.

SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: Um processo de construção da Assistência Social. 6. ed. São Paulo: Cortez. p. 20. 2011.

SPOSATI, Aldaíza. A transitoriedade da felicidade da criança brasileira. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ed. Cortez, nº 130, p. 526 – 546, set./ dez. 2017.

TORRES, Iraídes Caldas. As primeiras-damas e a assistência social: relação de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

UMA ONDA de greves sacode o Brasil às vésperas da Copa do Mundo. Jornal El País, 21 mai. 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/21/politica/1400696438\\_164932.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/21/politica/1400696438_164932.html). Acesso em: 20 out 2020.

ZIZEK, Slavoj et. al. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 2. São Paulo: Boitempo, 2013. (e-book).

## ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE TRABALHO ACADÊMICO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRO-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1009 | Setor Universitário  
Cidade Postal 86 | CEP 74605-410  
Goiás - Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3545.3051 ou 3056 | Fax: (62) 3816.3080  
www.pucgoias.edu.br | prodir@pucgoias.edu.br

RESOLUÇÃO nº 038/2020 – CEPE

### ANEXO I

#### APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Kemilly Souza dos Santos  
do Curso de Serviços Sociais, matrícula 2017.1.0007.0114-3,  
telefone (62) 94662-0778 e-mail KemillySouza\_KMS1993@GMAIL.COM, na  
qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos  
Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a  
disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado  
Uma Política, um Movimento: Os Movimentos Reconstruídos  
na Política da Assistência Social entre os anos de 2017 a 2019  
gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme  
permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato  
especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND);  
Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou  
impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de  
graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 14 de dezembro de 2020.

Assinatura do(s) autor(es): Kemilly Souza dos Santos

Nome completo do autor: Kemilly Souza dos Santos

Assinatura do professor-orientador: Danielli da Silva B. Reis

Nome completo do professor-orientador: Danielli da Silva Borges Reis